

Cad.Est.Ling., Campinas, 47(1) e (2):175-185, 2005

## AFINAL, QUEM NARRA NA NARRATIVA DA CRIANÇA?

PASCOALINA BAILON DE OLIVEIRA SALEH

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

GRUPO DE PESQUISA EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM)

**ABSTRACT** *As a rule, researches on narrative acquisition have not given sufficient attention to the narrator. Therefore some studies seem to conceive the narrator as the child him/herself that produces the text. The narrative text is essentially defined by placing a narrator on stage – a voice which assumes the perspective from which the reported events are shaped. However, the narrator is linguistically and textually constructed. The aim of this paper is to reflect about infant written narratives through this point of view. The analysis intends to show that conceiving narrator as a narrative textual element implies to exclude knowledge from the child's relationship with language. On the other hand, the analysis shows that the child's relationship with him/herself and with his/her experiences is only possible through language, i. e., through the tension between language and text. Even when the text configures the narrator as a first person, there is not a coincidence between textual and grammatical narrator.*

Dentre os estudos sobre aquisição de linguagem, aqueles que têm como tema aspectos relacionados à narrativa não são exatamente escassos. É, porém, interessante observar que o narrador não tem figurado como um elemento merecedor de atenção nesses trabalhos. Em geral, ou o estatuto do narrador não é tematizado, ou é apenas tangenciado quando se toca, por exemplo, na questão da perspectiva (conferir, dentre outros, Bamberg [1991] e Bamberg e Marchman [1990]).

Genericamente falando, no que tange ao tratamento dispensado ao texto narrativo, os trabalhos se enquadram em duas tendências de abordagem. A primeira voltada para elementos textuais da narrativa, com um tratamento calcado principalmente na lingüística textual (Silva, 1991; Koch, 1995<sup>1</sup>, Soares, 1994); a segunda, cuja preocupação central é especificamente a estrutura narrativa, tendo em Labov o principal inspirador em termos descritivos (Rego, 1986, Peterson, Miller & Sperry, 1988).

O texto narrativo define-se caracteristicamente por colocar um narrador em cena, uma voz que assume uma perspectiva a partir da qual os eventos relatados são configurados. O narrador, entretanto, é uma entidade de linguagem, ou seja, uma entidade lingüística e textualmente construída. É, aliás, essa a definição de narrador oferecida por Mieke Bal:

---

<sup>1</sup> O trabalho de Koch alia as duas tendências.

um “sujeito lingüístico el cual se expresa en el language que constituye el texto”<sup>2</sup> (1987, p. 125). A natureza textual do narrador não é reconhecida, porém reconhecida em grande parte dos trabalhos acima citados. Seria o caso de perguntar por que será que o narrador não é, na maior parte das vezes, um problema para a aquisição de linguagem. Parece-me que para muitos autores a natureza do narrador é evidente e, por isso, dispensa considerações teóricas: a criança narra na narrativa infantil.

O estudo da aquisição de narrativas inclui obviamente procurar dar conta do processo que leva a criança a sustentar, sozinha, o fio narrativo, ou seja, a produzir o texto narrativo sem a ancoragem na fala do adulto, configurando, portanto, o discurso monologizante. Nesta acepção específica, a criança é narradora porque produz textos narrativos. Esse aspecto foi estudado por Perroni (1992), cujos achados trouxeram importantes contribuições para a compreensão do processo de aquisição oral de narrativas.

Nas perspectivas em que se toma o narrador como uma equação de igualdade entre narrador e criança empírica, trabalha-se com a positividade do sujeito. Trata-se de “um sujeito que aparece demais”<sup>3</sup>. A narrativa, eu diria, é vista como manifestação de um saber: o que a criança aprendeu? O que ela domina? A narrativa (o texto) está fora do sujeito e vice-versa. Talvez isso explique a ênfase, em muitos trabalhos de perspectiva desenvolvimentista, nas partes da estrutura narrativa, como apontei acima. Parcelamento em detrimento de uma reflexão sobre o aspecto provavelmente mais importante de um modo de realização de linguagem que pode nos dizer muito sobre o sujeito e sobre a sua relação com a linguagem. Perde-se com isso a oportunidade de descobrir importantes pistas sobre essa relação e sobre a própria constituição do sujeito.

Rojo (1989 e 1990), em seu trabalho sobre aquisição de narrativas escritas, teve o mérito de aliar a preocupação com a estrutura da narrativa à “emergência da figura do narrador”, tendo como pano de fundo a questão dos subtipos narrativos. Mas parece-me que sua discussão fica prejudicada justamente pela atribuição à estrutura de um papel excessivamente forte na hipótese que equaciona a relação entre esses aspectos. Assim, os tipos narrativos – relato e estória – são definidos a partir da composição da estrutura narrativa. São estórias as narrativas que apresentam complicação e resolução; são relatos as que prescindem desses componentes. Paralelamente, a figura do narrador é atrelada à estória:

Se, no relato, “eu” narro o acontecido no mundo real e tenho por base da estruturação deste relato a estrutura de ação que realmente se verifica no real, i. e., a fidelidade dos fatos; na estória a fidelidade ao imaginário a ser compartilhado com um leitor virtual obriga à criação não só de personagens, mas também de uma voz que viabiliza a ação dos personagens: o narrador (Rojo, 1989, p. 144).

Ao contrário do que tem prevalecido em outros estudos, este artigo tem como objetivo analisar a configuração do narrador nas narrativas infantis, mais especificamente escritas,

---

<sup>2</sup> Ou seja, o narrador não se confunde nem com o autor empírico/biográfico, nem com o autor implícito (cf. Mieke Bal, op. cit.).

<sup>3</sup> Tomo emprestada à Maria Teresa Lemos a expressão por ela empregada para referir-se ao sujeito das teorias de desenvolvimento, em sua participação como membro da banca de defesa de doutorado de Irani Maldonade, em fevereiro deste ano, no IEL/UNICAMP.

tomando-o como uma entidade lingüística e textualmente construída. Na verdade, não há como pensar o narrador sem trazer à tona as outras instâncias narrativas. É o que mostra, no que se refere aos textos orais, o trabalho de De Lemos “Sobre o estatuto lingüístico e discursivo da narrativa na fala da criança”.<sup>4</sup>

Meu objeto de estudo são textos produzidos em ambiente escolar. As crianças os escreveram em atendimento à seguinte instrução: “Contem alguma coisa interessante que aconteceu com vocês”. Questões brevemente esboçadas em trabalho anterior (Saleh, 2003) serão aqui retomadas e ampliadas.

Dentre as narrativas resultantes desse pedido, destaco inicialmente (1) abaixo:

- (1) *“Era uma vez a Juliana encontrou um gatinho que se chamava Fereques.  
Ele era muito bom e quieto ele ficava com o menino que se chamava Dougras.  
O Fereques gostava de ficar muito com ele e a Juliana ficou com ele e levou para sassa e  
ficar feliz.  
Passou muito tempo com o gatinho.  
A Juliana falou:  
Eu vou levar o gatinho para visitar o Dougras.  
Ai o Dougras ficou muito feliz com a visita do gatinho.  
Ai a Juliana levou o Fereques na casa do Dougras.  
Ai passou muito tempo na casa do Dougras.  
Ai a Derlanda foi na casa do Dougras e falou:  
\_ O gatinho é minha falou Derlanda Dougras eu vou levar o gatinho para minha casa.  
Ai a Derlanda levou o Fereques para sua casa e ela falou para sua mãe:  
\_ Mamãe eu axei o Fereques é mesmo filha isso é muito legau.  
Ai a Derlanda ficou feliz para sentre e a Derlanda e os pais dela e o Fereques ficar  
muitos felizes.*

(J(uliana) – 9 anos)

Trata-se, pois, de uma narrativa em terceira pessoa, embora a instrução sugerisse uma narrativa em primeira, mais especificamente, um relato de experiência pessoal. Chama a atenção, porém, o fato de que “Juliana” é o nome de uma personagem – “*Era uma vez a Juliana encontrou um gatinho*”, mas é igualmente o nome da garota que escreveu o texto. Autor empírico, narrador e personagem não coincidem, todavia, enquanto instâncias ou posições narrativas. Tem-se uma Juliana-autora e uma Juliana-personagem, ao passo que o narrador não coincide nem com a primeira nem com a segunda, uma vez que se trata de uma narrativa em terceira pessoa. No entanto, o texto, isto é, seu efeito<sup>5</sup>, permite que os eventos configurados pela narrativa como vivenciados por Juliana-personagem sejam imaginariamente identificados com as experiências vividas pela criança-autora-Juliana e, por extensão, com o narrador, uma vez que o texto, que produz o efeito de relato, é assinado por alguém com esse mesmo nome.

Parece-me especialmente significativo o fato de que não é qualquer elemento que ocupa metaforicamente a posição geralmente ocupada por sintagmas como “um rei”, “uma rainha”, “uma menina”, etc., na seqüência de “era uma vez”, e sim o sintagma “a Juliana”.

<sup>4</sup> Rojo, nos trabalhos acima citados, vê a emergência do narrador como condição para o surgimento do personagem e do autor, numa perspectiva centrada na noção de desenvolvimento.

<sup>5</sup> Sobre o efeito da narrativa em termos de ficção ou relato, ver Saleh (2000).

Trata-se de um elemento que configura uma terceira pessoa, como nos contos maravilhosos, porém, o fato de ser “a Juliana” e não um personagem qualquer, ou seja, a coincidência entre o nome do personagem e o nome de quem assinou como autor do texto mostra esse modo particular de a criança narrar-se, isto é, como um eu-outro (Saleh, 2000).

O nome da criança e sua assinatura parecem ter nesse texto a mesma função daquela apontada por Bosco (neste volume), isto é, o nome escrito mostra-se “como um espelho em que o sujeito se reflete, se absorve e se reconhece”.

Nessa narrativa, o nome da criança vem borrar os limites entre as narrativas em primeira e terceira pessoas, já que, ao se deixar absorver no espelho-assinatura e pela conseqüente superposição de Juliana-personagem, autora, narradora, o nome-assinatura inclui-se no texto. Ou seja, o narrador em terceira pessoa produz inicialmente como efeito um certo distanciamento entre essas instâncias, mas a assinatura conduz retroativamente à identificação entre elas, movimento interpretativo de natureza lingüístico-textual.

É nesse sentido que trago aqui um comentário de Todorov sobre as dificuldades de se deprender o narrador:

Nós temos portanto uma quantidade de informação sobre ele (o narrador) que deveria nos permitir apreendê-lo, situá-lo com precisão [...] mas esta imagem fugidia não se deixará aprisionar e ela se reveste constantemente de máscaras contraditórias indo daquela de autor em carne e osso àquela de um personagem qualquer (Todorov, *apud* Kuroda, 1975, p. 263)

Uma instância que é em si mesma uma imagem fugidia revestida de máscaras que impedem a sua apreensão: as narrativas infantis apontam para a especificidade do narrador tal qual Todorov a caracteriza. A não-coincidência entre narrador e personagem, por um lado, e autor, por outro, desliza, através do movimento retroativo de interpretação, instaurado pela assinatura, para uma coincidência – imaginária – entre as três instâncias.

Para Mieke Bal é, aliás, enganosa a separação entre a narrativa em primeira e terceira pessoa. Para ela não há diferença alguma, quanto ao funcionamento, entre as chamadas narrativas em primeira e terceira pessoa. A autora focaliza o tema a partir da narrativa em primeira pessoa: “En una denominada ‘narración de primera persona’ es también un focalizador externo, normalmente el ‘Yo’ un tiempo después, el que ofrece su visión de una fábula en la que participó anteriormente en calidade de actor” (1987, p. 117). Um pouco mais à frente, ela volta à questão:

En principio no supone ninguna diferencia en *el rango de la narración* que el narrador se refiera o no a sí mismo. Mientras haya lenguaje, tendrá que haber un hablante que lo emita; mientras esas emisiones lingüísticas constituyan un texto narrativo, habrá un narrador, un sujeto que narra. Desde un punto de vista gramatical, SIEMPRE será una “primera persona<sup>6</sup>” (op. cit., p. 127 – ênfases da autora).

Assim, uma questão que a narrativa coloca necessariamente é, digamos, uma decalagem/cisão constitutiva entre a pessoa gramatical daquele que narra – sempre um

---

<sup>6</sup> Isso não significa, diz a autora, que a distinção entre as narrações de primeira e terceira pessoa não tem valor. Uma das questões levantadas por ela nesse sentido é o efeito que uma ou outra forma pode suscitar.

“eu” – e aquele a quem o texto configura como tendo vivenciado as experiências, o “elemento do mundo” a quem o narrador se refere – sempre um “ele”. Ou seja, tanto numa narração dita em primeira pessoa, como numa dita em terceira, há um eu (gramatical), um narrador a partir de cuja perspectiva se apresentam os eventos e que, do ponto de vista lingüístico-textual, não coincide com nenhuma personagem.

Ann Banfield (2001) faz uma interessante leitura do sujeito filosófico moderno<sup>7</sup>. O ponto de vista filosófico aponta, segundo a autora, para a não permanência do eu – o que faz com que sua existência seja momentânea – e para a impossibilidade de encontro do eu consigo mesmo – pois o eu, ao penetrar intimamente em “si-mesmo”, irá se deparar com uma percepção particular ou com um outro<sup>8</sup>.

Já do ponto de vista lingüístico, a natureza correferencial do eu aponta para a sua permanência. Eu é um “dêitico de texto” (Text-level) e, ao contrário do “dêitico de expressão” (E-level), “*é tomado como um nome ‘rígido’ de uma pessoa identificável ‘mais ou menos permanente’*”. Isso porque, em uma cadeia de E que forma uma unidade, todas as ocorrências de *je* devem ser correferenciais<sup>9</sup>. Nesse caso, diz a autora, as ocorrências de *je* são submetidas a um princípio de concordância que determina “1 Texto/ 1 Enunciador”. Portanto, *je* só muda de referência quando um novo locutor é introduzido no estilo direto<sup>10</sup>.

Considerando que, como dito acima, o eu “*é tomado como um nome ‘rígido’ de uma pessoa identificável ‘mais ou menos permanente’*” (Banfield, p. 250; itálico meu), interpreto essa permanência, que diz respeito ao estatuto lingüístico do eu, como um efeito de linguagem resultante da sua natureza de dêitico “textual”. Assim, parece-me coerente dizer

<sup>7</sup> O referencial da autora é a filosofia anglo-saxônica e seus instrumentos são extraídos da análise lingüística, mais especificamente de Milner.

<sup>8</sup> Banfield retoma as seguintes, entre outras passagens de Russell: “ ‘Du point de vue de la certitude immédiate, ce n’est pas la personne, que j’appelle *je*, qui est, d’une manière ou d’une autre, douée d’une certaine permanence dans le temps qui est certaine, mais ce quelque chose qui voit la couleur’ [...]. Ce quelque chose ‘n’a qu’une existence momentanée [*momentary*] [...] et est différent de ce qui fait une existence différente à un autre moment’ ” (Banfield, op. cit., p. 231-32). E ainda: “Plutôt que d’être ‘conscients de ce que nous appelons notre MOI et sa continuité d’existence, quand *je* pénètre le plus intimement dans ce que j’appelle *moi-même*, je tombe toujours sur une perception particulière ou sur une autre’ ” (id., *ibid.*, p. 232).

<sup>9</sup> A manutenção da referência é uma propriedade dos designadores rígidos, cuja referência “est fixée de façon totalement indépendante de la proposition dans laquelle ils apparaissent”. Ao contrário, a referência dos designadores não-rígidos “depend entièrement de la structure linguistique de la proposition dans laquelle ils apparaissent” (Milner *apud* Banfield, *ibid.*, p. 240). Mais especificamente, a referência de um designador não rígido “est fixée par le noeud E [o nó mais elevado na arborescência não-encaixável] qui le domine, tandis que la référence d’un désignateur rigide est fixée indépendamment de cet E” (Milner *apud* Banfield, *ibid.*). Por sua natureza dêitica, a referência de *je* não é fixada lexicalmente, ou seja, *je* não é um designador rígido. Mas, devido à sua condição de dêitico textual, num encadeamento de E, *je* refere-se à mesma pessoa, e, portanto, “on le prend pour le nom ‘rigide’ d’une personne identifiable ‘plus ou moins permanente’ ” (Banfield, *ibid.*, p. 250): “l’identité transmondaine du désignateur rigide fait qu’il désigne une personne dotée de permanence”( *id.*, *ibid.*).

<sup>10</sup> Vale notar o sentido de texto para a autora: “De fait, c’est la concordance des personnes qui définit quelle séquence de E constitue un texte. Ne forme pas un texte, par exemple, un paradigme d’exemples linguistiques. Un dialogue non plus ne constitue pas un texte, car le discours indirecte entraîne l’introduction d’un nouveau texte” (id., *ibid.*, p. 249).

que, se de um ponto de vista gramatical, toda narrativa se sustenta em um eu, como diz Bal, mesmo que o narrador textual também se apresente como eu, sustentando-se no fio narrativo por meio de uma rede correferencial que remete à primeira pessoa, a coincidência é um efeito.

Diante dessas considerações em torno do estatuto das pessoas narrativas e do estatuto do eu, é interessante trazer à discussão uma narrativa considerada em primeira pessoa:

(2) *“Uma coisa que me aconteceu de interessante é que quando eu completei 4 a 5 anos, a amiga da minha mãe me convidou para eu andar pela primeira vez de avião na fazenda dela.*

*Uns dias antes da viagem, eu ficava pensando:*

*“Sera que quando a gente anda de avião, o avião sai fora do mundo e anda pelas estrelas.”*

*Pensando isso, cada dia que passava eu ficava mais e mais com medo de andar de avião, porque a primeira vez que a gente faz alguma coisa, a gente não sabe como é essa coisa. Nós acabando ficando com medo dessa coisa. Eu tenho certeza, que alguma coisa que você vai fazer pela primeira vez você acaba ficando com medo, mais isso é normal.*

*A onde nós estávamos mesmo, a é, a história. Bem chegou o dia, e eu estava com minha mãe e meu pai, a Deb, (a amiga da minha mãe) e seu marido.*

*O marido da Deb era piloto por isso ele deregia o avião.*

*Entramos no avião, estava mais cauma.*

*De repente, o avião começou a anda, devaga e depois foi acelerando, acelerando, acelerando, e:*

*O avião levantou voo. Foi super legal. E eu gostei tanto que quando ele pousou eu queria ir de novo.*

*Aquele dia foi inesquecível e eu dormi como uma pedra na quela noite. Eu adorei tanto que quando eu fui morrer no Brasil eu não tive medo de andar de avião. Até hoje eu gosto de andar de avião.*

*Eu queria ter meu próprio avião para todo dia pela cidade.*

*Isso e que eu queria falar para você que aconteceu gomigo de interessante.*

*TCHAU.” (Cps – 9 anos)*

(2) é também uma narrativa que produz efeito de identificação entre narrador, personagem e autor, os quais são imaginariamente identificados com a criança Ives<sup>11</sup>. Textualmente, a rede correferencial construída por meio do eu, garante o efeito de permanência do narrador. Trata-se de um relato em primeira pessoa cuja abertura e fecho constituem-se de arranjos metonímicos que retomam a instrução. Nele não comparamos fragmentos de narrativas tradicionais, como em (1).

Outra característica desse texto é a presença marcante de comentários, seqüências não narrativas que põem em cena o autor e dão relevo ao jogo de máscaras que caracteriza o narrador textualmente construído. Com efeito, elas ecoam uma voz outra, que não a do narrador. Em termos do funcionamento do texto, a voz do autor é dependente da voz do narrador. Embora se trate de uma voz que sugere controlar o desenrolar do texto, podendo interromper a narrativa ou restituir-lhe o fio, é, na verdade, o narrador que empresta sua

---

<sup>11</sup> O texto, porém, não é assinado. Por uma convenção provavelmente determinada pela professora, já que se repete em todos os dados da turma, o nome da criança que escreveu o texto aparece apenas no cabeçalho.

voz ao autor para que este comente sobre o medo que se tem de fazer coisas pela “primeira vez”, o que “é normal”. Após uma seqüência relativamente extensa o autor faz-se ainda mais presente quando, através do narrador, indica que é chegado o momento de retomar o desenrolar dos fatos: “*A onde nós estávamos mesmo, a é, a história. Bem chegou o dia, e eu estava com minha mãe e meu pai [...]*”. A interrupção do fio narrativo, no entanto, não promove ruptura no texto. Pelo contrário, a presença do narrador textual, apesar de mascarado pelo autor, dá sustentação ao tecido textual.

No episódio em análise, a irrupção da instância autor está relacionada à posição da criança<sup>12</sup>, que é de escuta do seu próprio texto. Esta posição se define em relação a outras duas, sem, no entanto, excluí-las. Nas palavras de De Lemos,

[...] as mudanças que qualificam a trajetória da criança de *infans* a sujeito-falante são mudanças de posição nessa estrutura [na qual “comparece o outro como instância de interpretação e o Outro como depósito e rede de significantes”] e antinômicas, portanto, à noção de desenvolvimento. Com efeito, não há superação de nenhuma das três posições, mas uma relação entre esses pólos que se manifesta, na primeira posição, pela dominância da fala do outro, na segunda posição, pela dominância do funcionamento da língua e, na terceira posição, pela dominância da relação do sujeito com sua própria fala. É na terceira posição que a criança enquanto sujeito falante se divide entre aquele que fala e aquele que escuta sua própria fala, sendo capaz de retomá-la, reformulá-la e reconhecer a diferença entre sua fala e a fala do outro, entre a instância que fala e a instância que escuta de um lugar outro. (no prelo).

Através do narrador – e do autor que se mostra na voz do narrador – a criança estabelece uma distinção entre o que produz efeito de narrativa e o que se apresenta como um comentário. Ou seja, o enunciado que fecha a seqüência argumentativa e anuncia a retomada do relato, marca a interpretação, pela criança, do que ela acabara de escrever como uma saída da narrativa<sup>13</sup>. O texto configura um narrador que, reconhecendo o não saber (sobre a experiência de voar), afirma o saber. Esse saber, textualmente construído, configura-se como uma metáfora do narrador em primeira pessoa, aquele que diz eu. Note-se que o único personagem que tem direito à voz (discurso direto), é o narrador.

A narrativa produz efeito de relato e, nesse caso, a primeira pessoa desempenha um importante papel na produção desse efeito, principalmente porque conjuga-se a vários outros aspectos, tais como a presença do discurso direto e a abertura e o fecho do texto que, respectivamente, anunciam e reafirmam o narrado como uma experiência vivida. Mas os comentários a que nos referimos acima merecem uma atenção especial quando se traz à tona o papel da primeira pessoa no efeito de relato: por revelarem a presença do autor, conduzem à identificação imaginária do narrador com o autor empírico.

Trago agora para a discussão um último dado que, acredito, pode contribuir para desenvolver um pouco mais a perspectiva subjacente a este trabalho.

---

<sup>12</sup> A noção de posição é central nos desenvolvimentos teóricos recentes de De Lemos. Para uma melhor compreensão desse conceito, conferir De Lemos (1997) e (2002), entre outros.

<sup>13</sup> Note-se, entretanto, que ela não estranha a grafia de *morrar* (antepenúltimo parágrafo) para *morar*.

- (3) *“Eu dava na minha casa e cai laje.  
Eu cai da cama  
O menino cai e machuca  
A menina cai de bicichata na rua  
Neu cachorro morreu uma menina”* (A – 8,9 anos)

Não se trata de um texto narrativo canônico, mas de micro-narrativas, cada qual configurando um evento que, de alguma forma, diz respeito ao narrador. Entre elas se inserem dois “enunciados” que destoam dos demais, não só por não configurarem micro-narrativas, mas por introduzirem uma ruptura que tem como efeito – ou é efeito de – uma não coincidência entre a voz que neles fala e a voz do narrador. Essa quebra, que apaga a voz do narrador, é “representada” pela entrada da terceira pessoa ou, melhor dizendo, se dá no ponto de entrada da terceira pessoa.

O efeito produzido pelos dois primeiros enunciados é de brevíssimos relatos que dizem respeito a eventos vivenciados pelo narrador. Os dois que se seguem ecoam os textos de cartilhas e não se pode dizer que se referem a fatos vivenciados por um personagem, ou seja, não produzem o efeito de relato. Ao contrário, aproximam-se mais de “enunciados-frase” do tipo “Vivi vê a uva”, cujo “co-texto” não favorece que se estabeleça uma relação referencial com uma realidade extralingüística. Ousaria mesmo dizer que seu estatuto é mais de frase que de enunciado: uma construção lingüística que se volta sobre si mesma<sup>14</sup>. O enunciado que se segue reintroduz o efeito narrativo.

Mas vale insistir numa questão apenas insinuada acima: fala uma voz nesses enunciados-frase? Que voz é essa? Se não é a voz do narrador, como sugeri ao falar de apagamento, e também não é a voz de nenhum personagem, pode-se falar em voz? A própria denominação que forjei para caracterizar a natureza do material lingüístico em questão, “enunciados-frase”, sugere que voz aqui seja entendida em sua especificidade de anonimato, que, no entanto, produz o seu efeito: é a voz silenciosa – e silenciadora – do discurso das cartilhas, passível de reconhecimento pela estrutura sintática e textual do dado em análise, que arrebatava a voz do narrador.

O que teria, porém, promovido essa mudança de rumo, ou a falta de rumo, no texto? Referi-me ao fato de os dois “enunciados-frase” carregarem marcas de cartilha. Na verdade, o texto como um todo carrega essa marca. Chama a atenção os enunciados constituídos de frases cuja estrutura se repete. Repete-se até mesmo a disposição gráfica na folha, uma “frase” por linha (que a digitação do texto procura reproduzir). Trata-se, pois, de estruturas paralelísticas. É de se notar que os dois enunciados em que se dá o apagamento da voz do narrador inicialmente instaurada no texto também possuem essa mesma estrutura. Parece-me que a ruptura entre os dois enunciados iniciais e os dois que os seguem escancara a presença subjacente dessa estrutura sobre a qual se move o sujeito e que dá sustentação a todo o texto.

---

<sup>14</sup> Como se vê, emprego a expressão “enunciado-frase” (e, mais à frente, “enunciados-pletos”) bastante livremente, para salientar que se trata de uma construção que não remete propriamente à linguagem em uso, mas a exercícios voltados para a língua enquanto estrutura, do tipo que parece motivar os “textos” de cartilhas.

É interessante, no entanto, observar que a ruptura não produz efeito sobre o sujeito, não o desloca para a posição de escuta, tanto que, após um primeiro, produz um segundo “enunciado-frase” semelhante ao anterior. O retorno para a primeira pessoa (pela retomada da perspectiva, pois gramaticalmente trata-se de terceira pessoa) no último enunciado, que volta a configurar uma micro-narrativa, é efeito do próprio material lingüístico. Parece-me que o elemento “menina”, presente em “A menina cai de bicichata na rua”, somada à estrutura que se mantém em todo o texto promove a volta do narrador à cena: “Neu cachorro morreu uma menina”.

Penso que o deslizamento, que suspende a voz do narrador, introduzindo furtivamente uma voz outra, traz à tona o sujeito, mas não pela presença delineável. É o esfacelamento, o corte no tecido narrativo, que indica que se há linguagem em funcionamento, há sujeito. Um sujeito cuja história de/na linguagem produz um modo particular de contar sua história. Nem que seja pelo deslizamento.

Vale a pena retornar à questão do paralelismo para dar relevo ao seguinte aspecto: ao mesmo tempo que a estrutura paralelística, por sua relação com o material lingüístico das cartilhas, promove a dispersão, é ela que sustenta o texto, contribuindo não só para a volta à perspectiva inicialmente instaurada, e à própria narrativa, como impedindo que a ruptura entre os “enunciados-frase” e os “enunciados-pletos” seja total. Com efeito, parece-me razoável dizer que a textualidade não é completamente rompida. Há um tênue elo que permanece e esse elo é, paradoxalmente neste caso, a estrutura sintática que se mantém, o paralelismo que governa a construção do texto.

Em seu texto sobre o paralelismo<sup>15</sup>, De Lemos (2000) afirma que o paralelismo na fala da criança se aproxima em muitos aspectos do paralelismo na poesia, pois

[...] Nele podemos mostrar uma suspensão da comunicação em que tanto o outro como o falante estão deslocados, assim como uma redução de referencialidade e até mesmo de sentido.

O que, contudo, os separa, é visível a partir da comparação entre os paralelismos aqui representados. No da criança, só há retorno do mesmo, já que a substituição/diferença não tem, para ela, efeito de inesperado<sup>16</sup>. As seqüências de substituições sinalizam, ao contrário, uma deriva que acaba, muitas vezes [...] por desfazer a estrutura reiterada.

Contudo, a substituição/diferença não deixa de revelar uma posição aberta onde o esperado e o inesperado podem colidir e nessa colisão deslocar o sujeito para uma posição de escuta. Isto é, para a terceira posição, aquela em que há possibilidade de escutar, de estar sob o efeito da própria fala. (p. 15-16).

---

<sup>15</sup> “Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos”, texto apresentado no V Encontro Nacional e I Encontro Internacional sobre Aquisição de Linguagem.

<sup>16</sup> Jakobson, lingüista que estudou profundamente o paralelismo na poesia, chamou a atenção para o efeito do “inesperado surgindo do esperado”. A partir de uma passagem do autor sobre o tema, De Lemos afirma: “Acrescente-se a isso o fato de que o inesperado não só surge do esperado quanto incide sobre ele, derrubando esse mesmo que o sustenta. Nesse sentido cabe chamar a atenção para o quanto o termo paralelismo, na verdade, encobre o sentido do movimento de retorno, isto é, efeito retroativo do inesperado sobre o esperado, efeito esse que mais uma vez revela uma propriedade da língua e, especificamente da gramática, a retro-articulação” (De Lemos, op. cit., pp. 14-15).

Essa citação me oferece oportunidade de explicitar pontos importantes da relação entre as conclusões a que chega De Lemos a partir dos dados por ela analisados e o episódio (3), acima. O deslizamento que se dá no intervalo entre os dois primeiros enunciados e os dois que seguem não deixa de deslocar o outro (pelo menos) e provocar um certo estranhamento que “suspende a comunicação” e, como sugeri acima, assim como nos dados analisados pela autora, há uma redução da referencialidade e de sentido. Mas parece-me que, no caso de (3), o que impede a suspensão total da comunicação e da referencialidade é justamente a estrutura paralelística.

Assim como nas narrativas orais analisadas pela autora, há apenas o retorno do mesmo, pois a substituição não produz para a criança o efeito de inesperado, mas de deriva relacionada não à estrutura, e sim à entrada de uma “voz” estranha à do narrador no texto. Essa deriva, no entanto, foi contida tanto pela estrutura subjacente que se repete como pelo próprio material lingüístico que a preenche, o que parece ter impedido o esfacelamento da textualidade. Apesar do encontro entre o esperado e o inesperado, a criança não foi deslocada para a posição de escuta.

A assunção do narrador enquanto instância narrativa tem como conseqüência evidenciar a impossibilidade de se supor um distanciamento da criança em relação à linguagem, de um colocar-se frente à linguagem como objeto de conhecimento. Antes, anuncia que a relação da criança consigo mesma e com suas experiências passa necessariamente pela linguagem, na tensão entre língua e texto: que seja um eu ou que seja um ele configurado no texto, é um “outro” que narra. Constituir-se sujeito, dizer “eu”, implica necessariamente fazer-se sujeito de linguagem, sujeito no/do intervalo constitutivo da relação língua/texto. Na perspectiva deste trabalho, a positividade do narrador nas narrativas infantis, a que me referi no início deste artigo, é um dos efeitos do texto: enquanto instância textual, quando se apresenta como evidente, o narrador apaga o sujeito, que só se revela nas rupturas do tecido narrativo.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAL, M. (1987). *Teoría de la narrativa (una introducción a la narratología)*. 2ª ed. Madrid: Catedra.
- BAMBERG, M. (1991). Narrative as perspective taking: the role of emotionals, negations and voice in construction of the story realm. *Journal of Cognitive Psychotherapy*, v. 5, nº 4.
- BAMBERG, M. & MARCHMAN, V. (1990). What holds a narrative together? The linguistic encoding of episode boundaries. *Papers in Pragmatics*, nº 4, pp. 58-121.
- BANFIELD, A. (2001). Le nom propre du réel. In: MARANDIN, J-M. (ed.). *Cahier J-C Milner*. Lagrasse: Éditions Verdier, pp. 229-266.
- BOSCO, Z. R. (no prelo). Notas sobre o nome próprio na aquisição da escrita. Texto apresentado no *Seminário em homenagem à Cláudia Lemos*, IEL/UNICAMP. A sair neste mesmo volume.
- KOCH, I. G. V. (1995). Aquisição da escrita e oralidade. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 29, pp.109-118.
- KURODA, S-Y. (1975). Sur les fondements de la théorie de la narration. In: KRISTEVA, J. & al. (orgs.). *Langue, discours, société: pour Émile Benveniste*. Paris: Éditions du Seuil, pp. 261-293.

- LABOV, W. & WALETSKY, J. (1967). Narrative analysis: oral versions of personal experiences. In: HELM, J. (ed.) *Essays on the Verbal Arts*. Seattle: University of Washington Press, pp. 12-24.
- DE LEMOS, C.T.G. (2002). Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 42, pp. 41-69.
- \_\_\_\_\_. (no prelo). Sobre o estatuto lingüístico e discursivo da narrativa na fala da criança. In: XIII Congresso Internacional da ALFAL. A sair em *Lingüística*.
- \_\_\_\_\_. (2000) Sobre o paralelismo, sua extensão e a disparidade de seus efeitos. In: V Encontro Nacional e I Encontro Internacional sobre Aquisição de Linguagem, PUCRS, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. (1997) Native speakers intuitions and metalinguistic abilities. What do they have in common from the point of view of language acquisition? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 33, pp. 5-14.
- MILLER, B. & SPERRY, L. (1988). Early talk about the past: the origins of conversational stories of personal experience. *Journal of Child Language*, nº 15, pp. 298-315.
- PERRONI, M.C. (1992). *Desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: M. Fontes.
- PETERSON, C. (1990). The who, when and where of early narratives. *Journal of Child Language*, nº 17, pp. 433-455.
- REGO, L.B. (1986). A escrita de estórias por crianças: as implicações pedagógicas do uso de um registro lingüístico. *DELTA*, v. 2, nº 2, pp. 165-180.
- ROJO, R.H.R. (1990). O desenvolvimento da narrativa escrita: como são os textos que as crianças escrevem? *DELTA*, v. 6, nº 2, pp. 169-193.
- \_\_\_\_\_. (1989). *O desenvolvimento da narrativa escrita: “fazer pão” e “encaixar”*. Tese de Doutorado, PUC/SP (inédita).
- SALEH, P. B. de O. (2003). Sobre o narrador: a narrativa infantil escrita em-cena. Texto apresentado no 51º Seminário do Gel, UNITAU, Taubaté.
- \_\_\_\_\_. (2001). O que sustenta a narrativa infantil? *Boletim da ABRALIN*, v. 26, nº especial – 1, pp. 304-306.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Narrativas infantis sobre experiências vividas: uma questão de representação?* Tese de Doutorado, IEL/UNICAMP (inédita).
- SILVA, M. N. (1991). *Simultaneity in children's narratives: the case of when, while and as*. *Journal of Child Language*, nº 18, pp. 641-662.
- SOARES, M. E. (1994). Aspectos relativos à produção de narrativas por crianças de 3 a 9 anos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 26, pp. 79-102.